

Partidos vetam recesso da Constituinte

Os líderes de todos os partidos, reunidos com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, rejeitaram por unanimidade a proposta do senador José Richa de interrupção temporária da Constituinte para tentar um entendimento em torno da grave conjuntura política, econômica e social do País. Ao final da reunião, Ulysses comunicou a decisão e a justificou: "Isto seria danoso para o país. A Constituinte não é problema, é solução".

As lideranças decidiram também, por unanimidade, rejeitar a aceitação de emendas de mérito na atual fase da Comissão de Sistematização. E, em hipótese alguma, aceitar substitutivos, inviabilizando, assim, o declarado propósito do Planalto de apresentar o seu conjunto de propostas. Houve uma terceira decisão: Ulysses reivindicar ao ministro Paulo Brossard que abandone o inquérito com base na Lei de Segurança Nacional sobre a agressão sofrida no Rio de Janeiro pelo presidente Sarney, designando um promotor para conduzir as investigações de acordo com o Código Penal.

Na concorrida reunião, a qual só faltou a liderança do PL, a preocupação principal foi com a proposta de Richa, entendida por vários líderes como o início de um golpe para interromper em definitivo os trabalhos da Constituinte. Eles se mostraram preocupados, inclusive, com o apoio dado à proposta por Sarney.

Ulysses, que esteve pela manhã com Sarney, esclareceu que não ouviu do presidente a defesa da interrupção dos trabalhos constituintes. Ao contrário, Sarney informou ao presidente da Assembleia que determinou ao porta-voz do Planalto, jornalista Frota Netto, que desmentisse a notícia. A posição do presidente foi revelada na quarta-feira pelo próprio Frota Netto. Segundo Ulysses, ao contrário de retardar a Constituinte, o melhor é acelerá-la: "Final, nós fomos eleitos para isto". Quanto ao propósito do Planalto

Brossard protela resposta a Ulysses

Ontem mesmo, no início da noite, o deputado Ulysses Guimarães procurou o ministro da Justiça, Paulo Brossard, para levar a reivindicação das lideranças partidárias no sentido da não aplicação da Lei de Segurança Nacional contra os acusados da agressão ao presidente José Sarney.

O encontro foi rápido e o presidente da Constituinte não obteve qualquer resposta, senão a declaração de Brossard de que "é cedo para se julgar o caso" e que prefere aguardar a apuração dos fatos para depois decidir.

A assessores mais próximos, porém, o ministro da Justiça reafirmou sua conhecida tese de que "a lei deve ser cumprida; se for má deve ser mudada, não desobedecida". Brossard comentou ainda que "o autoritarismo destruiu a autoridade no Brasil, a ponto de as pessoas terem medo de cumprir a lei para não serem acusadas de autoritárias".

de apresentar propostas à Constituinte, Ulysses deixou claro que todos os setores da sociedade têm este direito, daí a permissão para as emendas populares. E acrescentou: "Venham de onde vier, a Constituinte é independente e soberana".

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, propôs também que todas as lideranças voltem a se reunir na próxima semana para discutir a conjuntura econômica, social e política, "que está se deteriorando rapidamente". Ulysses, em princípio, concordou, mas fez uma valiação otimista da situação: "A economia está melhorando, os juros estão caindo e a recessão sendo revertida".



Ulysses ouviu as lideranças de todos os partidos

Senador insiste na proposta

O senador José Richa decidiu formalizar sua proposta de interromper temporariamente a Constituinte para se tentar um entendimento em torno da grave conjuntura nacional. E voltou a advertir: "Sei que as lideranças políticas não gostaram da proposta, mas ela é a melhor maneira de preservarmos a própria Constituinte. E preciso parar para refletir". A postura de Richa está intrigando a cúpula do próprio PMDB e preocupando os dirigentes de outros partidos, porque mesmo os políticos mais chegados a ele até agora não conseguiram entender qual o objetivo real de sua proposta.

Na Constituinte, circulam pelo menos três interpretações distintas para a atitude de Richa. São elas: 1) — Estaria dando um recado dos militares, particularmente do ministro do Exército, general Leônidas Pires, com o objetivo de esfriar os ânimos dos constituintes dispostos a aprovar propostas

rejeitadas pela cúpula das Forças Armadas como a anistia ampla, geral e irrestrita aos militares; 2) — seria uma jogada do Palácio do Planalto, atropelando o Regimento Interno da Constituinte e, com isto, inviabilizando ao governo a apresentação de um completo anteprojeto de Constituição; 3) — preocupado com a situação nacional, ele teria ao expressar que agora só mantém por já ter ido longe demais.

O próprio Richa nega inspiração do Planalto ou dos militares e já admite a convocação extraordinária do Congresso Nacional. Recessão, desemprego, baderna, seca do Nordeste foram alguns dos temas que citou ontem. Sua alegação é que isto poderia reduzir o clima emocional da Constituinte e, com veemência, acrescenta: "Se não conseguirmos um entendimento nem em torno da deteriorada situação nacional, é melhor fechar o país para balanço".

Grupo palaciano sofre revés

O grupo de constituintes ligados ao presidente Sarney recebeu, ontem, um duro golpe nas suas pretensões de alterar o anteprojeto de Constituição diante da decisão do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, de permitir apenas a aceitação de emendas de adequação, nesta fase, na Comissão de Sistematização. Os defensores das idéias de Sarney pretendiam desde já substituir o anteprojeto por uma proposta elaborada pelo governo, mas de acordo com os interesses do presidente.

Nesta fase de apreciação do anteprojeto, as propostas de emendas deverão se restringir à adequação do trabalho de compatibilização dos textos aprovados nas comissões temáticas sem, no entanto, entrar no mérito das proposições. Além disso, ficou decidido, na reunião de Ulysses com as lideranças partidárias, que o Regimento Interno também deverá ser cumprido no que diz respeito à proibição de apresentação de emenda que substitua integralmente o projeto de Constituição ou que diga respeito a mais de um dispositivo. Isto é o suficiente para bombardear a disposição dos adeptos de Sarney de apresentarem um substitutivo ao anteprojeto de Constituição. Por sua vez, Ulysses teve, diante das pressões dos líderes partidários, que rever sua decisão de

Quércia discorda de Sarney

São Paulo — Aliado incondicional de Sarney nos últimos tempos, o governador Orestes Quércia discordou dele, ontem, pela primeira vez e anunciou, enfaticamente, que não concorda com a suspensão dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, proposta pelo senador José Richa (PMDB-PR) e apoiada pelo presidente da República, segundo o porta-voz.

Mas Quércia não vai muito longe em sua rebeldia. Discorda, por exemplo, dos que acusam o presidente Sarney de estar interferindo na Constituinte, ao apoiar essa suspensão, escrever uma carta ao deputado Ulysses Guimarães com críticas ao esboço de Constituição atualmente na Comissão de Sistematização, e estar elaborando um projeto de Carta do próprio governo.

"O meu amigo José Richa que me perdoe", observou Quércia, ao abordar a proposta de suspensão

dos trabalhos Constituintes "mas não posso concordar com a sua opinião. A Assembleia Nacional Constituinte é o local natural, um plenário perfeito para receber todos os problemas que existem no país discutidos, debatê-los com a maior profundidade".

"Não se pode suspender as atividades da Constituinte", afirmou em tom taxativo Quércia, ao contestar as posições de Sarney e Richa. Acentuou que a medida seria nociva ao país "justamente nessa fase em que a Constituinte precisa melhorar seus projetos, as propostas de Constituição, por exemplo, as Subcomissões e as Comissões Temáticas consideraram mais importantes os aspectos formais, quando deveriam ter levado em conta o mérito da questão. No momento em que a Comissão de Sistematização se debruça para melhorar isso, não se pode fechar as portas da Constituinte".

Presidente diz desconhecer a razão de Richa

O presidente José Sarney evitou comentar ontem a proposta de suspensão dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, de autoria do senador José Richa (PMDB-PR). Sarney concedeu rápida entrevista na pista do Aeroporto de Brasília, antes de embarcar no início da tarde para Rio Branco, no Acre, para encontrar com Alan Garcia, presidente do Peru.

O presidente afirmou desconhecer as razões que levaram Richa a propor a suspensão dos trabalhos da Constituinte e observou que o julgamento dessas razões é dever do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães: "Quem deve julgar as motivações do senador José Richa é Ulysses Guimarães. Eu não conheço suas motivações". Sobre o texto da Comissão de Sistematização, Sarney entende que, pela forma como foi organizado, "não é um anteprojeto; ele não tem unidade".

O presidente da República ironizou uma pergunta — se o Palácio do Planalto tinha algum pedido específico aos líderes na Constituinte — ao afirmar que o palácio "é um prédio de cimento e

portanto não poderia ter nada de específico a perguntar".

Despachos

Antes do embarque, o presidente Sarney despachou durante toda a manhã, no Palácio do Alvorada, com vários políticos. Ele recebeu o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, com quem conversou sobre a situação econômica atual; o governador do Ceará, Tasso Jereissati; o governador do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo, e o deputado Prisco Viana (PMDB-BA).

Segundo Ulysses Guimarães, a sua conversa com o presidente Sarney girou em torno dos reflexos da implantação do Plano Bresser. Pela análise do presidente da Constituinte, o Plano Bresser ainda não surtiu os efeitos positivos que se esperava. "Nós estávamos na expectativa de que isso acontecesse já no decorrer deste mês", desabafou Ulysses.

Com o governador Tasso Jereissati, o presidente Sarney conversou sobre o problema da seca e da necessidade urgente da liberação de recursos para a região. Após a audiência com o presidente, o governador do Ceará negou que tenha falado em romper com o governo federal, caso não fossem liberados os recursos para a região.

Anteprojeto de Cabral tem 2.200 emendas

Apesar de não serem mais consideradas para efeito do anteprojeto da Comissão de Sistematização, até às 18 horas de ontem, 2.200 emendas haviam sido recebidas pela secretaria da Comissão de Sistematização. A maioria delas são emendas de mérito cujo acolhimento foi proibido ontem pelo relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Os constituintes que insistem em apresentar emendas de mérito, perderão seu tempo: elas serão simplesmente indeferidas.

As emendas de mérito alteram substancialmente o anteprojeto de Constituição elaborado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral. A maior parte das emendas que chegaram à secretaria da Sistematização são aditivas ou supressivas. Ou seja, sugerem algum acréscimo ou supressão de artigos. No entanto, existem algumas que ferindo frontalmente o regimento interno da Constituinte,

propõem uma nova redação à determinado artigo. Nesta primeira fase, porém, só serão acolhidas emendas de adequação: as que aperfeiçoarem o texto do anteprojeto em termos de técnica legislativa.

Assim, muitas das emendas que chegaram à Sistematização vão ser indeferidas. É o caso da emenda do deputado Jorge Leite (PMDB-RJ), que propõe a criação do cargo de um vice-primeiro ministro, como membro do Conselho de Ministros, que seria eventual substituto do chefe de governo, quando este se ausentar do país. Já o deputado Bezerra de Melo (PMDB-CE), quer modificar o parágrafo único do artigo 381. Nele, o anteprojeto define que o ensino religioso, sem distinção de credo, constituirá disciplina facultativa. Bezerra de Melo, por sua vez, quer que o ensino religioso se constitua disciplina dos currículos de 1º e 2º graus, porém, de matrícula facultativa.



Maioria das emendas encaminhadas pode ser indeferida

Moreira defende o PMDB de críticas

Rio — Em resposta à afirmação do presidente Sarney, de que o PMDB transformou-se no principal empecilho ao pacto político, o governador Moreira Franco disse ontem não ver em que o seu partido pode estar criando dificuldades para o pacto e culpou a desorganização da economia pelo clima de insatisfação e intranquilidade entre os trabalhadores. O governador defendeu a continuidade dos trabalhos da Constituinte, a fim de elaborar uma Constituição que garanta a democracia e a liberdade e para acalmar a "direita assanhada que está querendo tumultuar o processo de transição democrática".

Segundo Moreira Franco, não é possível falar em pacto social em

meio a atual crise econômica, com inflação em torno de 30 por cento, e recessão. Ele considerou "perfeitamente compreensível e justa" a insatisfação popular com o aumento de 49 por cento das tarifas de ônibus e disse que somente com maior oferta de empregos, aumento de salários e produção de riqueza será possível enfrentar os problemas sociais profundos que o país atravessa.

Em relação ao tumulto de terça-feira na Avenida Rio Branco, que destruiu dezenas de ônibus, o governador voltou a acusar a "direita assanhada" de se aproveitar da insatisfação popular para gerar clima de violência e ódio a fim de conturbar o processo de consolidação democrática no Brasil.

Maciel ouve propostas do PL sobre o pacto

O presidente do PFL, senador Marco Maciel, disse ontem esperar que o deputado Bernardo Cabral apresente um novo projeto de lei da Constituição que represente os reais anseios do povo brasileiro e reúna em torno de si o necessário respaldo da classe política. "E preciso que os políticos dêem uma demonstração de que são capazes de gerir eficientemente a Nação brasileira e livrá-la dos grandes desafios que estão à sua frente", disse o senador.

Após um encontro que manteve com o presidente do Partido Liberal, deputado Alvaro Vale, na tentativa de estabelecer um pacto político em torno dos problemas mais urgentes do país, Maciel afirmou que o entendimento nacional é indispensável entre os políticos responsáveis, acrescentando que acredita ser isto possível.

Ele disse que o presidente José Sarney foi mal interpretado quando afirmou a um grupo de cientistas políticos anteontem, no Palácio do Planalto, que o PMDB estaria se constituindo num obstáculo para o pacto político: "O presidente se referia ao pacto buscado há dois anos atrás, e que não foi possível naquela ocasião. Mesmo porque, ainda que não tenha conversado com o presidente Ulysses Guimarães, sinto da parte de outros membros

do partido a melhor disposição para um amplo entendimento suprapartidário em torno de questões básicas".

Do deputado Alvaro Vale, o senador Marco Maciel recebeu três propostas que considera indispensáveis para o restabelecimento da credibilidade do povo nas autoridades públicas e nas instituições políticas: eleições gerais 120 dias após a promulgação da nova Constituição; ser considerado crime a utilização do serviço público para fins de aliciamento político, passando as contratações de servidores públicos a serem feitas exclusivamente através de concurso; e promoção da democracia econômica, restringindo-se drasticamente a intervenção do Estado na atividade econômica, eliminando-se o déficit público e reduzindo-se a carga tributária.

O presidente do PL prometeu integral apoio nos esforços em busca do entendimento nacional, dizendo estar convencido de que "só este entendimento permitirá ao país sair da crise econômica em que se encontra e evitar a crise política, que se aproxima perigosamente. O entendimento deve ser feito em torno de princípios e programas que restabeleçam a confiança do povo nas autoridades, seus dirigentes e nas instituições políticas", concluiu Alvaro Vale.

Relator irá obedecer ao prazo normal

A comissão de Sistematização, que ontem encerrou o recebimento de emendas de adequação ao anteprojeto do relator Bernardo Cabral, admitiu a possibilidade de prorrogação do prazo de cinco dias para a apresentação do novo parecer e do projeto de Constituição a ser remetido ao plenário da Constituinte. Cabral, no entanto, disse, logo após a reunião, que não pensa em pedir mais prazo para seu trabalho.

De acordo com o calendário, o parecer do relator deverá ser oferecido no dia 7, juntamente com o projeto definitivo, cuja redação, desta vez, não se restringirá à mera tarefa de compatibilização dos anteprojeto das Comissões Temáticas. Bernardo Cabral explicou também que as emendas ao anteprojeto só serão aceitas se de fato forem de adequação, isto é, versando sobre o trabalho das Comissões Temáticas, mas sem entrar no mérito das questões tratadas.

Apesar dessas restrições, muitas das emendas — provavelmente a maioria delas — não se limitaram à adequação, avançando sobre o mérito do assunto de que tratam. A competência para aceitar ou não as emendas cabe ao presidente da Comissão, senador Afonso Arinos. Por isso, todas elas receberam um despacho, indeferindo ou aceitando.

Ainda a propósito, Cabral informou que o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, tem poderes para permitir emendas sobre o mérito. Tanto assim que, anteriormente, por sua decisão, foi aberta permissão para o oferecimento de emendas de mérito a respeito do anteprojeto da oitava comissão (Família, Educação, Ciência e Tecnologia e Comunicação), que não concluiu seu trabalho.

O relator adiantou ainda que, no seu entender, nem mesmo para a oitava comissão deveriam ser permitidas emendas sobre o mérito. "Se for para permitir isso, então que se abra a permissão para todos os projetos das temáticas".

O presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos pelo Atto nº 1, resolveu determinar a designação de relator substituto nas eventuais faltas do relator efetivo.

Até o dia 7, quando se encerra o prazo para apresentação do projeto, a comissão não realizará reuniões, por decisão de seu presidente. A convocação da próxima reunião, para o exame do projeto, será feita após a entrega do documento, provavelmente no dia 9, isto é, dois dias após.

Só UDR vai pressionar o Congresso

Produtores rurais ligados à UDR tomarão conta das galerias do plenário da Câmara dos Deputados no próximo dia 10 para pressionar a votação do anteprojeto da Comissão de Sistematização. Isso porque a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) não pretende fazer trabalho de pressão nessa fase, deixando para a época da votação de emendas de plenário — em meados de setembro — a vinda de um grupo de trabalhadores rurais de todo o país.

A UDR, no entanto, não está tão tranquila. Para isso, está organizando uma "nova marcha em Brasília", quando pretende reunir mais de 30 mil produtores rurais. Segundo informações da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) — que garante não estar participando da mobilização — os produtores virão, principalmente, dos estados da região Sul e Sudeste.

A assessoria da imprensa da CCB informou que a organização da marcha não está sendo feita pela frente ampla — formada pela UDR, OCB, SRB (Sociedade Rural Brasileira) e CNA (Confederação Nacional da Agricultura). afirmou que a iniciativa é da UDR, que está se preocupando, inclusive, com o alojamento dos 30 mil produtores rurais, que ficarão também no camping de Brasília.

A Contag não está preocupada com toda a mobilização da UDR. Segundo o diretor da entidade, José Francisco da Silva, não é necessário "utilizar a mesma estratégia do opositor". Para ele, é muito mais importante dar continuidade à mobilização "no campo" para garantir uma maior participação na votação de plenário.

Na sua opinião, a votação do próximo dia 10 não é tão importante para os grupos de pressão, já que dificilmente o atual texto do anteprojeto será alterado no conteúdo. "Mesmo que mude, a decisão final só será tomada no plenário". Por isso, a Contag está preferindo continuar o trabalho de coleta de assinaturas para sua proposta popular em favor da reforma agrária "ampla", como frisou o diretor da entidade.

José Francisco disse também que o número de pessoas nas galerias não influi na aprovação de uma proposta. Ressaltou também as dificuldades financeiras dos trabalhadores rurais "que não têm condições de vir a Brasília de quinze em quinze dias". Este é apontado por José Francisco como outro motivo para a vinda de trabalhadores somente em meados de setembro para acompanhar toda a votação da reforma agrária.